

**AO (À) SR. (A) PREGOEIRO (A) DA ITAIPU BINACIONAL**

**Superintendência de Compras**

**Pregão Eletrônico Nacional NF 0106-26**

**XXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº **XXXXXX**, com sede na **XXXXXX**, por meio de sua procuradora infra-assinada, vem, com fundamento no **art. 164 da Lei nº 14.133/2021** apresentar a presente:

**IMPUGNAÇÃO AO EDITAL (CBC), pelos fundamentos a seguir.**

**1) Cabimento, legitimidade e tempestividade**

1. A Impugnante é empresa do ramo e potencial participante do certame, sendo parte legítima para impugnar cláusula que restrinja indevidamente a competitividade.
2. O CBC prevê a possibilidade de impugnação até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas.
3. Consta no Calendário do certame que a recepção das propostas seria até 9h de 20/02/2026, no entanto o edital foi suspenso.
4. Assim, a impugnação é tempestiva e deve ser conhecida.

**2) Cláusula impugnada**

O CBC exige, na qualificação técnica:

“apresentar atestado ou certificado (...) comprovando que a proponente executou Serviço de Atendimento Móvel de Urgência e Emergência, por no mínimo 06 (seis) meses ininterruptos, nos últimos 5 (cinco) anos (...)”.

### **3) Razões da impugnação: exigência restritiva e desproporcional**

1. A exigência de prazo mínimo “ininterrupto” (06 meses) como condição de habilitação não é requisito tecnicamente indispensável para demonstrar aptidão, pois a capacidade técnico-operacional se comprova pela execução compatível do serviço – e não por uma continuidade formal específica.
2. Na prática, o edital desconsidera realidades contratuais comuns no setor (contratos por demanda, renovações, alternância de tomadores, períodos sucessivos não lineares), que podem comprovar experiência equivalente e plenamente apta, mas que não se amoldam à expressão “06 meses ininterruptos”.
3. O resultado é restrição indevida de competitividade, afetando isonomia e a busca da proposta mais vantajosa, porque transforma um critério meramente formal em barreira de entrada.
4. O próprio CBC estabelece que as normas devem ser interpretadas em favor da ampliação da disputa, desde que preservado o interesse e a segurança da contratação.
5. Além disso, o CBC expressamente reconhece que, no que couber, aplica-se a legislação brasileira pertinente.
6. Sob a lógica da Lei 14.133/21, a qualificação técnica deve se limitar ao necessário para garantir a execução do objeto, vedadas

exigências que comprometam a competitividade sem ganho real de segurança (princípios do art. 5º; impugnação do edital - art. 164; e adequação/proporcionalidade dos requisitos de habilitação).

#### **4) Pedido de retificação**

Para preservar a segurança do contrato e restaurar a competitividade, requer-se a retificação do item 1.4.2, "b", para suprimir a exigência de "ininterruptos", admitindo comprovação por um ou mais documentos/atestados compatíveis.

Caso a Administração entenda necessário manter critério temporal, que seja adotado tempo total acumulado, e não "ininterrupto".

#### **5) Requerimentos finais**

Diante do exposto, requer:

1. Conhecimento e provimento da impugnação para retificar o item 1.4.2, "b", afastando a exigência de 06 meses ininterruptos (ou, subsidiariamente, admitindo somatório/tempo acumulado e/ou múltiplos atestados).
2. Sendo alterado o instrumento, que seja publicado aditamento e, se necessário, readequado o cronograma, garantindo isonomia entre as licitantes.
3. A intimação da Impugnante da decisão nos canais oficiais do certame.

Termos em que,

Pede deferimento.

**XXXXXX, 18 de fevereiro de 2026.**

**XXXXXX**

CNPJ n° XXXXXX